

BNDES aprova primeira linha de crédito para segurança pública

Por Fabio Graner | De Brasília

A diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou o primeiro empréstimo para segurança pública relativo à linha de R\$ 42 bilhões criada neste ano, informou ao Valor o diretor de infraestrutura do banco, Marcos Ferrari. O crédito de R\$ 165 milhões vai para o Espírito Santo.

Na fila de pedidos apresentados neste ano havia R\$ 730 milhões (incluindo o projeto que foi aprovado), volume relativamente pequeno dado o montante colocado à disposição pelo banco. Para Ferrari, o movimento fraco deve-se ao fato de 2018 ser ano eleitoral, que é "atípico" por causa das restrições da legislação, que limitam a contratação de recursos pelos governos.

Além disso, explicou, os entes têm que lidar com as questões relativas à sua capacidade de endividamento, que também limita a tomada de empréstimos, independentemente da destinação do recurso.

"Acredito que em 2019 a demanda será bem maior", disse Ferrari, apontando que a tendência é que mais que dobre o volume de pedidos atuais e que ao longo desse tempo se aproxime até do limite de R\$ 5 bilhões abertos na linha chamada "Pro-Segurança Pública".

Essa linha faz parte dos R\$ 42 bilhões e foi criada dois meses depois. A diferença dela é que os recursos podem ser obtidos indiretamente, por meio de bancos que operam com o BNDES. Esse mecanismo é um pouco mais caro devido à taxa do banco operador, mas tem maior celeridade do que nas feitas diretamente com a instituição estatal de fomento, que tem mais exigências para serem cumpridas.

No empréstimo aprovado na semana passada, os recursos serão direcionados para modernização e reaparelhamento dos órgãos de segurança pública do Espírito Santo, com ações como compra de viaturas, atualização e compra de softwares, aquisição de um novo sistema tático para uso de agentes de campo e outro sistema para extração de dados forenses de dispositivos como celulares e tablets.

O empréstimo aprovado tem repasse direto do BNDES e terá um custo de Taxa de Longo Prazo (TLP) mais 1% ao ano. O financiamento é dividido em dois grupos. Para os equipamentos, com total de R\$ 123 milhões, há uma carência de 12 meses e prazo total de 34 meses. Para os demais itens, com R\$ 44 milhões, o prazo de carência também é de 12 meses e prazo total é de 240 meses.

O dinheiro só será efetivamente liberado em janeiro, por causa da restrição eleitoral.

Na fila para tomar mais empréstimos na área de segurança, estão São Paulo e Santa Catarina, além de sete cidades. Por meio da linha Pro-Segurança Pública, há possibilidade de outros dois Estados já entrarem na fila para obtenção de recursos.

Nessa linha, o sistema de tomada de crédito ocorre de uma maneira diferente, na qual os Estados aderem a um edital do Ministério da Segurança Pública e podem, a partir dele, solicitar os recursos ao banco estatal. Esse edital continuará valendo até o ano que vem, lembrou Ferrari.